

AVALIAÇÃO HÍBRIDA: ANÁLISES, PROPOSIÇÕES E MODELOS PARA A AVALIAÇÃO DA PRENDIZAGEM NOS DIAS ATUAIS

Orlane Santana Coelho¹
Prof. Dr. Antônio Mateus Soares²

INTRODUÇÃO

Educar como já sabemos é uma terminologia que deriva do *latim educare/educere*, constituída por *ex e ducere* – conduzir, (*ducere*) para fora (*ex*), educar é uma ação, um movimento no qual se institui a produção do aprendizado escolar. A educação escolar inclui um processo pedagógico dinâmico que articula constante formação de professores, elaboração de currículo, seleção de conteúdo, atualização de metodologias e práticas de ensino e processos avaliativos.

A escola enquanto instituição social não se esgota em sua estrutura física, é um espaço de formação e produção de conhecimento, que se movimenta através processos pedagógicos que devem se contextualizar com as novas tendências sociais, econômicas e culturais que atravessam os tempos e as gerações. Na escola o ensinar, que também é um termo derivado do *latim* originária de *insignare*, de *in* “com” e *signature* “marcar, assinalar, apontar indicar, possui uma ação com finalidades educativas que requer metodologia e processos avaliativos.

O processo educativo sistematizado é um dos objetivos da educação escolar, somando-se à formação para a cidadania e para o mundo do trabalho. É uma instituição central na organização da sociedade, espaço para o desenvolvimento do processo civilizatório, sendo instituída para transmitir sistematicamente aos jovens os conhecimentos, as tradições e a herança cultural, de modo a integrá-los à sociedade, exercendo a coerção como forma de fortalecer a integração do indivíduo no meio social. (SOARES, 2018, p.48)

No processo educativo a avaliação é um dos mais importantes processos, pois revela se realmente os objetivos do aprendizado foi alcançado, se os conteúdos apresentados atingiram as expectativas críticas da formação. Neste sentido, a avaliação é um processo fundamental para o estabelecimento de metas dentro do planejamento escolar, nesse sentido,

¹ Graduada em Geografia e Pedagogia, Especialista em Educação Ambiental e Avaliação Educacional. Autora de material didático e itens. Professora da Educação Básica. E-mail: orlane.santana@gmail.com

² Doutor em Ciências Sociais. Sociólogo. Professor Adjunto da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. Integrante do Grupo de Pesquisa (Cnpq): Educação, Sociedade e Diversidade e do Grupo de Pesquisa (Cnpq) Observatório Social da Juventude. E-mail: antoniomateuscs@ufrb.edu.br

precisa está presente em cada etapa e estratégia de ensino-aprendizagem e possibilitar a comunicação dos saberes de diferentes áreas, bem como, da experiência de vida de cada estudante, educador e da comunidade escolar. Para isso, demanda nos dias atuais do diálogo da mesma com as tecnologias digitais, ferramentas e recursos virtuais, viabilizando uma formação integral do indivíduo e associada ao fenômeno da “cibercultura”³, “era digital”⁴, “sociedade em rede”⁵

Para tanto, os modelos tradicionais de avaliação baseado em testes, focados no positivismo e na mensuração, não valorizam as múltiplas inteligências dos estudantes, além disso, não possibilita conexão entre os saberes e vivências dos mesmos. Luckesi (1995) aponta que “avaliação como sinônimo de provas e exames” é herança desde 1599, trazida para o Brasil pelos jesuítas, uma vez que enfatizava a memorização e dava especial importância à retórica e à redação, assim como à leitura dos clássicos e à arte cênica. Nesse mesma crítica a avaliação tradicional Rabelo (1998, p. 47), avalia que num processo de ensino assim, no qual se privilegia a memória em detrimento do raciocínio, o que se pode esperar do processo de avaliação? No mínimo, que ele cobre apenas memória em vez da reflexão crítica, a cobrança de um disciplinamento memorístico do conteúdo assimilado, não é recomendado para se avaliar o processo ensino aprendizagem.

Ao contrário de nossa herança pedagógica tradicional, a contemporaneidade demanda lógicas avaliativas que privilegiem o pensamento crítico e reflexivo, contextualizado com às demandas sociais. Para Perrenoud (1999), necessita-se, sobretudo, de uma avaliação contínua, formativa, na perspectiva do desenvolvimento integral do estudante. Outro relevante pressuposto da avaliação da aprendizagem é a *inclusão*, portanto, como é possível incluir por meio de uma estratégia única? Como instigar o pensamento crítico sem motivar? Como atrair atenção/participação numa realidade paralela, totalmente distante do modo de viver dos educandos? Como dialogar saberes e investigar/mediar quando o ato de avaliar ainda se mantém em modelos e teorias de mais de um século?

Diante disso, esse estudo tem como objetivo compreender como a avaliação híbrida possibilita a integração de habilidades cognitivas, digitais e sociais nos estudantes no pós-emergência do ensino remoto.

³ Cf. (LÉVY, 2010)

⁴ Cf. (SCHWAB, 2018)

⁵ Cf. (CASTELLS, 2005)

Sabe-se que a pandemia da COVID-19 impactou o cotidiano de pessoas por todo o mundo, principalmente nos anos de 2020 e 2021, também ocasionou sérias consequências à aprendizagem e ao desenvolvimento social e cognitivo de estudantes dos mais diversos níveis escolares e regiões do Brasil. Portanto, a presente pesquisa está delineada pelo olhar para a avaliação a partir desse cenário e das novas demandas que ele coloca sobre a prática docente e as relações escolares.

A pandemia que alastrou o Covid-19, teve efeitos letais no Brasil, no período de 27/03/2020 a 08/12/2022, foram computados 690.677 óbitos no país e na Bahia, 30.918 óbitos⁶, segundo relatório do Ministério da Saúde (2020), tal fenômeno epidemiológico afetou não apenas a saúde, como também a economia, a cultura e a vida social. A escola e seus processos pedagógicos foram impactados com a disseminação progressiva do coronavírus, aulas presenciais foram suspensas, escolas paralisadas por quase dois anos, e nesse período algumas ações alternativas e emergências foram tomadas para minimizar às consequências, entre estas o ensino remoto em o ensino híbrido.

A portaria nº 343 publicada no Diário Oficial da União, em 17 de março de 2020, dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do COVID - 19 (BRASIL, 2020). A medida é válida por 30 dias ou enquanto durar a situação da pandemia. Por meio da portaria, o MEC resolve:

Art. 1º Autorizar, em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação, nos limites estabelecidos pela legislação em vigor, por instituição de educação superior integrante do sistema federal de ensino, de que trata o art. 2º do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 (BRASIL, 2020, p.01)

A Substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação, nos limites estabelecidos pela legislação em vigor, de que trata o art. 2º do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; Suspensão das atividades acadêmicas presenciais, desde que cumpram os dias letivos e horas/aula estabelecidos na legislação em vigor; Alteração do calendário de férias, desde que cumpram os dias letivos e horas-aula estabelecidos na legislação em vigor (BRASIL, 2020, p.01).

O Brasil foi o país que mais tempo manteve fechados os colégios durante a pandemia em 2020. É o que mostra um relatório da Organização para Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OCDE). Foram 178 dias sem aulas presenciais, o triplo de tempo na comparação

⁶ Cf. Dados do Ministério da Saúde disponíveis no site [Covid-19 Casos e Óbitos \(saude.gov.br\)](https://saude.gov.br). Acessados em 13/12/2022

com a média dos países mais ricos⁷. Segundo Rosa (2020), milhares de alunos da rede pública não puderam acompanhar as aulas remotas e, conseqüentemente, não entregaram nenhuma atividade necessária ao cumprimento do calendário letivo no ano de 2020 por não terem acesso à internet ou aos dispositivos necessários para acessar a rede mundial de computadores. A autora acrescenta que o advento da pandemia trouxe um cenário que já deveria fazer parte da educação através das práticas de uso remoto, que tange no uso de ferramentas tecnológicas, TIC's para as práticas escolares, trazendo o mundo que já existe fora dos campos educacionais.

O contexto da pandemia apresentado em síntese sinaliza o cenário, que nos estimula a discutir a avaliação híbrida. Nessa perspectiva a produção desse artigo justifica-se necessidade em estruturar modelos e processos avaliativos que possam contribuir para a avaliação de múltiplas habilidades, reconhecendo as alterações no ciclo de aprendizagem dos educandos e as experiências do ensino remoto (impulsionadas pelo período de isolamento e de uma carga maior de atividades virtuais, bem como o uso de recursos digitais antes não conhecidos) e sociais (fechados, em muitos casos, à família mais próxima). Assim, essa pesquisa será norteadas por revisão bibliográfica, visando à curadoria de referenciais acerca dos impactos da pandemia na aprendizagem, os modelos de avaliação, partindo dos estudos internacionais acerca da mesma e visualizando os principais avanços e demandas na realidade brasileira, além da análise de dados já consolidado por pesquisadores anteriores.

A avaliação da aprendizagem escolar é uma das etapas mais relevantes do processo educacional e demanda do entendimento de todos os atores do processo de formação dos educandos, pois, segundo a abordagem de Ralph Tyler citada por Vianna (2000), onde o ponto de partida da avaliação é estabelecer objetivos. Assim, a avaliação está diretamente atrelada ao ato de viver em sociedade e ao processo do trabalho humano, onde as habilidades desenvolvidas podem ser sempre aperfeiçoadas a depender do lugar, do grupo e das necessidades estabelecidas.

Dessa forma, os constantes estudos sobre a avaliação da aprendizagem demonstram uma crescente preocupação com a necessidade de aproximar as vivências dos educandos às experiências do/no ambiente escolar. É partindo dessa premissa que o presente projeto tem como viés observar, analisar e orientar estratégias de avaliação híbrida, ou seja, tanto de forma presencial, com instrumentos tradicionais, como no formato digital, por meios de estratégias que estimulem o desenvolvimento de habilidades digitais, sociais e cognitivas.

⁷ Education at a Glance 2022, disponível no site [3197152b-en.pdf \(oecd-ilibrary.org\)](https://www.oecd-ilibrary.org/education/3197152b-en.pdf). Acessado em 14/12/2022

Análises, proposições e modelos para a avaliação híbrida nos dias atuais

2.1 Algumas faces do ensino remoto durante a pandemia da COVID-19

A Covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus e potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global. Diante disso, em março de 2020, quando se identifica registros de rápida transmissão desse vírus no Brasil, o Ministério da Educação suspende as atividades presenciais e regulamenta, inicialmente nos cursos de graduação presenciais, a substituição por aulas em plataformas digitais.

Nesse sentido, somente em 28 de abril de 2020, por meio do Parecer CNE/CP 5/2020 as redes que ofertam a Educação Básica tiveram um norte que regulamentasse as tomadas de decisões acerca do ensino remoto e da flexibilização do calendário do ano letivo. Já Parecer CNE/CP nº 11/2020, aprovado em 7 de julho de 2020 é que regulamenta e orientações educacionais para a realização de aulas presenciais e não presenciais no contexto da pandemia.

Diante disso, nota-se uma relevante paralisia no sistema educacional brasileiro nesse período, o que acentuou as gigantes distorções de aprendizagens já evidentes em períodos normais, onde as redes de ensino tiveram que tomar decisões baseadas na sua realidade para possibilitar o acesso dos estudantes a aprendizagens mínimas e a garantia da continuidade do ano letivo.

Esse atraso em definir metas e articular o sistema de ensino para lidar com o ensino emergencial, bem como a natureza da pandemia, com um afastamento imediato do ambiente escolar e da vivência em sociedade causou perdas incalculáveis na aprendizagem dos estudantes da educação básica. Como afirma Arroyo (2011, p. 84):

As desigualdades escolares são reduzidas a capacidades desiguais dos alunos, responsabilizando-os pelas desigualdades escolares. Uma visão com profundas raízes em nossa cultura escolar que se traduz nas avaliações rigorosas de cada aluno, no controle de seu percurso, nos rituais de retenção-reprovação, nas classificações dos alunos: repetentes, lentos, defasados, desacelerados, na média ou abaixo da média (ARROYO, 2011, p. 84).

Partindo dessa análise, é fundamental reconhecer que a demanda por um processo avaliativo justo, coerente e que possibilite o protagonismo dos estudantes das diversas esferas da sociedade e das mais distintas vivências culturais se faz necessário. Assim, no cenário de retomada do ensino presencial e nos anos posteriores a esse, a avaliação da aprendizagem é



uma ferramenta de estudo, reorganização e adaptações para assumir o seu papel político-social com o real empoderamento dos sujeitos envolvidos direta ou indiretamente.

2.2 Habilidades digitais: fundamentos legais na educação

A abordagem sobre o desenvolvimento de habilidades digitais na formação na educação básica não é recente, nem mesmo é uma imposição do período de distanciamento social, pois, a escola forma cidadão da e na sociedade, portanto, deve está interligadas as saberes necessários para evoluir na mesma, nesse sentido, a Competência Geral cinco da Base Nacional Comum Curricular estabelece:

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva. (BNCC, 2017, p. 9).

Portanto, para além de utilizar os recursos digitais, os educandos precisam ser preparados para criar e estabelecer relações desses com as dinâmicas da vida em sociedade, pois a prática educativa, o ato de aprender pressupõe exatamente essa relação.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9.394/1996(LDB, 1996) estabelece em seu Artigo 3º os princípios do ensino, onde estabelece: “II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber”. Nesse sentido, a integração do educando nessa abordagem nos dias atuais está diretamente ligada ao desenvolvimento de habilidades digitais que possibilite a sua integração em diversos espaços formadores.

Ademais, a LDB (1996) também estabelece com princípio o “XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.” O que corrobora com a formação integral do indivíduo também preconizada pela BNCC.

2.3 Avaliação híbrida: modelos e processos metodológicos

Avaliação híbrida é uma ações do processo pedagógico que se insere nas demandas do ensino híbrido, que por sua vez tem um marco conceitual avançado, com significativa construção teórica desenvolvida recentemente. As pesquisas e estudos sobre a inserção tecnológica em ações formativas vêm apontando para a superação da dicotomia educação presencial e EaD, perspectivando o hibridismo como um caminho que as práticas formativas adotariam gradativamente, a partir da tendência da inserção das Tecnologias da Informação e Comunicação nas ações formais de educação. O hibridismo dispõe de um suporte legal relevante, que se origina a partir da autorização para a oferta semipresencial em cursos de graduação desde o ano de 2004 com a Portaria nº 4.059/2004⁸ Atualmente, no Brasil, este formato de oferta é regulado pela Portaria MEC nº 1428/2018⁹

A avaliação é um importante recurso para a efetivação da aprendizagem, para isso não pode ser utilizada como o apontamento final e/ou o exame que faz medição sobre quem avança ou fica retido. Portanto, como destaca Luckesi (2011, p. 59) “se ensinamos e os alunos não aprenderam e estamos interessados em que aprendam, há que se ensinar até que aprendam” para a construção de resultados desejados e o avanço de todos os estudantes, mesmo que em níveis distintos.

Para entender quem verdadeiramente aprendeu e se essa aprendizagem atende aos objetivos propostos pode-se aplicar diferentes estratégias de avaliação, essas também precisam fomentar a mobilização de habilidades múltiplas, entre elas, destaca-se a comunicação, a escrita, o trabalho em grupo, a seleção de conceitos, o registro fotográfico, entre outras.

A avaliação precisa de sintonia com a prática educativa e essas apresentam embasamento científico que as explicam e orientam. Nesse cenário, cabe aos educadores à tarefa urgente de romper com a pedagogia dos exames/provas, arcaico ao modelo pedagógico atual que está calcado no construtivismo, e desenvolver estruturas sólidas que estabeleçam a realidade do que se pretende com a avaliação.

Para uma nova perspectiva de avaliação, como destaca Luckesi (2011, p.) é preciso partir da superação de três importantes pensamentos enraizados em educadores e na sociedade brasileira: “as contribuições da história da educação; o modelo de sociedade no qual vivemos

⁸ Cf. Portaria disponível no site [PORTARIA Nº 4 \(mec.gov.br\)](https://www.mec.gov.br/portal/arquivos/pdf/PORTARIA_N_4_2004.pdf). Acessada em 16.12.2022

⁹ Cf. Portaria disponível no site [PORTARIA MEC Nº 1.428, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2018 \(REVOGADA\) – Legislação – Semesp](https://www.mec.gov.br/portal/arquivos/pdf/PORTARIA_MEC_N_1.428_DE_28_DE_DEZEMBRO_DE_2018_(REVOGADA)_Legislacao_Semesp.pdf). Acessada em 16.12.2022

e a repetição inconsciente do que ocorreu com cada um de nós, ao longo de nossa vida escolar.” Assim, o pilar da formação continuada do professor é também fundamental nessa abordagem.

A função primordial da avaliação da aprendizagem é o planejamento para a ação transformadora da realidade identificada, partindo das seguintes premissas, norteadas por Vianna (2000):

- *Verificação dos objetivos alcançados*, onde o educador, com um olhar crítico e integrador, estabeleça relações entre aprendizagens individuais e coletivas, que favoreçam a mobilização dos saberes e a retomada de forma que todos participem do processo e contribuam para a aprendizagem dos demais;
- *Emitir juízo de valor*, com uma análise aprofundada sobre os caminhos que levaram à avaliação, como a metodologia, os espaços explorados, os instrumentos avaliativos, entre outros;
- *Auxiliar na tomada de decisão*, pois independente do tipo de avaliação, esta precisa ter objetivos claros e os educandos precisam ter ciência desses e, após a análise, cabe a tomada de decisão sobre os caminhos a serem traçados para novas aprendizagens, seja baseada nos acertos e/ou nos erros de qualquer natureza observados;
- *Empoderar* os sujeitos que participam do processo de avaliação desde o primeiro momento da relação ensino-aprendizagem.

Ademais, essas funções avaliativas, devem estar articuladas entre si, para que garantam o desenvolvimento de competências e habilidades efetivas a partir do enfoque abordado pelo sistema de avaliação, e culmine em resultados de excelência no processo ensino-aprendizagem. É importante lembrar, a necessidade de levar em conta em todos os sentidos, tanto a realidade da instituição quanto a dos alunos, bem como toda decisão no processo avaliativo é necessário o envolvimento da comunidade escolar.

A partir do reconhecimento do cenário educacional que contribui para a formação de cidadãos plenos, capazes de transformar a sua realidade e participar ativamente das demandas da sua comunidade, a escola deve repensar o que ensinar, como ensinar e qual a finalidade desse ensino. Nesse aspecto, deve nortear-se por um currículo sistematizado, legal e que leva em conta as vivências culturais dos sujeitos que atuam/participam dessa instituição.

Nesse itinerário transformador, a avaliação não deve mais centrar-se somente no viés quantitativo, selecionando por meio da mensuração em exames e testes, mas o ato de ensinar e aprender precisa ser democrático, inclusivo e mobilizar múltiplas formas de expressar seus saberes, portanto, a avaliação também assume um papel de formação política.

Com base em COELHO e SANTOS (2021, p. 16)

[...] a avaliação, seja ela em um contexto interno ou externo, precisa ser instrumento de análise de um conjunto de situações, levando à redefinição de estratégias metodológicas para atender aos objetivos pretendidos. Além disso, também é necessário que esse estudo sobre os processos avaliativos tenha como direcionamento uma relação entre a avaliação (o método) e a realidade sociocultural dos educandos e da comunidade.

Pensar a avaliação numa perspectiva de formação integral leva também a diversos contextos, seja social, cultural, econômico e político, além de mobilizar a inteligência emocional, como autoconhecimento, criatividade, empatia, liderança, entre outros.

Portanto, a instrumentalização da avaliação deve partir de uma concepção construtivista em que o estudante é sujeito do processo ensino-aprendizagem. Para de Gardner (1983) citado por Goleman (2012, p. 62) “não há um tipo específico, monolítico, de inteligência decisiva para o sucesso na vida, mas sim um amplo espectro de inteligências”, com diferentes tipos, como a fluência verbal e lógica-matemática, a aptidão espacial, interpessoais, intrapsíquica, os dons musicais e o gênio cenestésico. Assim, os modelos e processos de avaliação aqui fundamentados têm essas formas de inteligência como base. São eles:

- *Autoavaliação* - permite que estudantes analisem suas habilidades e como pode ampliar seus saberes a partir dos objetivos e metodologias apresentadas.
- *Portfólio* - pode ser utilizado como uma avaliação formativa e colaborativa, com registro de atividades e relatórios de ações desenvolvidas no processo formativo.
- *Rubrica* - sistematização dos critérios analisados numa determinada unidade ou instrumento avaliativo.
- *Projetos interdisciplinares* - são ações diversas que mobilizam conhecimentos de diferentes áreas do conhecimento, portanto, leva o educando a estabelecer relações e



trabalhar em equipe. A avaliação nessa estratégia precisa ter critérios claros, pré-estabelecidos e analisados.

- *Relatório* - fomenta o desenvolvimento da escrita e da análise dos objetos de conhecimento tratados nas experiências de aula e permite uma linguagem criativa das observações.
- *Seminário* - estabelecer ponte entre inteligências como a fluência verbal, aptidões interpessoais, a autonomia, a empatia e o protagonismo dos estudantes.
- *Avaliação escrita* - somada a esses instrumentos anteriores, possibilita a análise dos estudantes sobre os conhecimentos mobilizados e permite que o erro seja uma dimensão positiva para a aprendizagem. Neste instrumento está mais presente a ideia de mensuração, que também tem sua relevância, mas precisa ser concebido aliado aos objetivos e às tomadas de decisão que o processo avaliativo direciona.

No que concerne à adaptação desses modelos apresentados por meio do digital, é possível verificar que todos eles podem ser adaptados de forma coerente a diferentes níveis da educação básica e prezando pela acessibilidade. Assim, as ferramentas Google são aliadas na inserção de ferramentas digitais no ensino (assim, também na avaliação), segundo COSTA, RIBEIRO E GUEDES (2018, p. 2)

O *Google Drive* também permite a criação, edição e armazenamento de textos, apresentações, planilhas, desenhos, formulários *on-line*, dentre outros. Permite ainda a visualização e o compartilhamento total ou parcial dos arquivos armazenados. Essa ferramenta tecnológica ainda oferece ao usuário a criação e edição de documentos *on-line* com a colaboração em tempo real de outros usuários, como por exemplo: folhas de cálculo, montagem de planilhas e apresentações, organização de arquivos, entre muitas outras funções.

Neste, pode ser uma ferramenta aliada à elaboração de textos e/ou apresentações em grupo, a sistematização de conteúdos trabalhados em sala ou em aulas síncrona, sendo utilizado tanto no computador como em celular ou *tablet*, possibilitando a acessibilidade.

O *Canva* também é outro aliado em propostas avaliativas em grupo, como a produção de infográficos, pôster para projetos digitais, estratégias de autoavaliação *linkadas* às redes

sócias, divulgação de ações na unidade escolar, a própria produção de apresentações, entre outro. Dialogando com Massarolo e Mesquita (2013, p.39) “[...] Nesse atual cenário em que novas trilhas são construídas pelas mídias, e a informação é intensificada na sua produção e difusão, novas experiências lúdicas potencializam e reconfiguram a noção tradicional de jogo.” Assim, há uma demonstração prática da produção de conhecimentos pelos próprios educandos, o que configura a cultura *Maker*.

Já o *Kahoot*, também uma ferramenta de interação e dinamização de processos de ensino e de avaliação, pode ser utilizado em diferentes contextos, como na retomada de conhecimentos anteriores, na revisão e/ou fechamento de conteúdos, bem como, como etapa de projetos e trabalhos, solicitando que os estudantes produzam um jogo sobre o mesmo, assim, LEITE e MENDONÇA (2013, p. 138) destacam sobre o jogo que:

[...] pode-se afirmar que um jogo educacional que tenha sido construído de modo a atender às necessidades de educadores e alunos e que possa ser aplicado corretamente na prática pedagógica, alcançará seu objetivo principal, que é ser uma ferramenta de aprendizagem.

Portanto, possibilitando a aprendizagem dinâmica, com interações e a curiosidade e motivação para aprender o conteúdo e contextos, pois assim torna possível a sua participação ativa no gamificação.

Considerações Finais

O presente estudo está delineado pela perspectiva da avaliação híbrida, ou seja, balizando estratégias presenciais/tradicionais e habilidades digitais. Assim, surge dos desafios do ensino-aprendizagem emergenciais durante a pandemia da Covid-19 e permite o despertar para a necessidade dessas tecnologias digitais na educação básica.

Nesse viés, o professor precisa traçar um mapa da sua realidade, tendo diagnósticos de quem é o estudante? onde ele está? quais tecnologias possui? quais suas necessidades? Que o apoia? Entre outros questionamentos. A partir disso, precisa também levantar a análise sobre quais recursos tem disponíveis na unidade escolar e qual o projeto político da mesma.

A partir desses diagnósticos, o docente deve aperfeiçoar o seu conhecimento sobre as ferramentas que deseja inserir nas suas metodologias de aula e, por consequência, traçar avaliações coerentes ao cenário.

Ademais, esse estudo não tem o intuito de propor receitas de avaliação, nem mesmo um cronograma, mas problematizar as demandas que ganharam espaço com as aulas remotas e compreender que a avaliação é a chave para a criatividade, a conexão de saberes, o engajamento a autonomia e a democratização aprendizagem, assim viabilizando aulas leves, proveitosas e colaborativas.

Referências:

- ARROYO, M.G. Políticas educacionais, igualdade e diferenças. RBPAAE – v.27, n.1, p. 83-94, jan./abr 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/19969/11600>. Acesso em: 15 nov. 2022.
- BRASIL. Decreto 9.057/2017, que Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm. Acessado em junho de 2020.
- TODOS PELA EDUCAÇÃO. “Análise: ensino a distância na educação básica frente à Pandemia da Covid-19”. Nota técnica, abril/2020. Disponível em: https://www.todospelaeducacao.org.br/_uploads/_posts/425.pdf. Acessado em junho de 2020.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF, 2017.
- CASTELLS, Manuel. Sociedade em Rede. Volume 1. 8ª Edição. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- CARVALHO, F. E. D. de. **Avaliação Educacional Contemporânea: de professor para professor**. Volume 2. Fortaleza/CE: Comunidade Professor Autor, 2021 (p. 12-21)
- COELHO, O. S.; SANTOS, J. R. dos. **Perfil do professor que busca formação para avaliar com qualidade na educação básica**. In: HIPÓLYTO, L. de Q.;
- LÉVY, Pierre. Cibercultura. 3 ed. Tradução de Carlos Irineu da Costa São Paulo: Editora 34, 2010.
- COSTA, B.D; GUEDES, A.M.A; RIBEIRO, G.C. **Uso do Google Drive como recurso pedagógico no processo de ensino e aprendizagem**. In: Congresso Internacional de Educação e Tecnologias, 2018. Disponível em: <https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2018/article/view/606>. Acesso em: 15 nov. 2022.
- GOLEMAN, Daniel. **Inteligência emocional: a teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente**. 2º ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- LEITE, P. da S.; MENDONÇA, V.G de. **Diretrizes para Game Design de Jogos Educacionais**. SBC – Proceedings of SB Games, 2013. Disponível em: <https://www.sbgames.org/sbgames2013/proceedings/artedesign/17-dt-paper.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2022.
- LUCKESI, C. C. **Avaliação da Aprendizagem Escolar: estudos e proposições**. 22º ed. São Paulo: Cortez, 2011.

- LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- MASSAROLLO, J. C., MESQUITA, D. **Jogos e aprendizado - narrativa transmídia e a educação: panorama e perspectivas.** 9º ed. In *Novas mídias e o Ensino Superior: Revista Ensino Superior Unicamp*, 2013. Disponível em: https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/edicoes/edicoes/ed09_abril2013/NMES_3.pdf. Acesso em: 09 out. 2022.
- PERRENOUD, Philippe. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas.** Porto Alegre: ArtMed, 1999.
- RABELO, Edmar Henrique. **Avaliação: novos tempos, novas práticas.** Petrópolis: Vozes, 1998.
- ROSA, R. T. N. **Das aulas presenciais às aulas remotas: as abruptas mudanças impulsionadas na docência pela ação do Coronavírus, o COVID-19.** *Rev. Cient. Schola*, Santa Maria, v. 6, n. 1, p. 1-4, jul. 2020. [http://www.cmsm.eb.mil.br/images/CMSM/revista_schola_2020/Editorial%20I%202020%20\(Rosane%20Rosa\).pdf](http://www.cmsm.eb.mil.br/images/CMSM/revista_schola_2020/Editorial%20I%202020%20(Rosane%20Rosa).pdf). Acesso em: 10 mar. 2022
- SCHWAB, Klaus; DAVIS, Nicholas. *Aplicando a Quarta Revolução Industrial.* Tradução de Daniel Moreira Miranda. São Paulo: Edipro, 2018.
- SOARES, Antonio Mateus. *Escola Moderna, Cidadania, Educação e Utopias.* In: SANTOS, Carla Liane Nascimento dos; COSTA, Patricia Lessa. *Mundo do Trabalho, Cidadania e Educação de Jovens e Adultos.* Salvador: EDUFBA, 2020.
- VIANNA, H. M., **Avaliação Educacional: teoria, planejamento e modelos.** São Paulo: IBRASA, 2000.